

TERAPIA DO OPRIMIDO: A PRESENÇA DE PAULO FREIRE EM PRÁTICAS DIALÓGICAS LIBERTADORAS

TERAPIA DEL OPRIMIDO: LA PRESENCIA DE PAULO FREIRE
EN PRÁCTICAS DIALÓGICAS LIBERADORAS

THERAPY OF THE OPPRESSED: PAULO FREIRE'S PRESENCE
IN LIBERATING DIALOGICAL PRACTICES

BRUNO LENZI ¹

¹ Assim - Associação
Instituto Movimento,
Florianópolis, SC, Brasil

RESUMO: Este artigo visa apresentar uma síntese articulando conceitos do dialogismo de Paulo Freire e as práticas colaborativas-dialógicas desde Harlene Anderson. Ao longo do texto exploro os aspectos de uma terapia do oprimido: desenvolvida com, não para, geradora de poder com e agenciamento crítico, bem como criatividade na construção de realidades relacionalmente libertadoras. Uma prática investigadora do problema, da indignação, do desconforto, com rigor, para desenvolver saber desde a experiência e respostas situacionalmente coerentes à sustentabilidade sobre o processo criativo. Onde o próprio desenvolvimento dialógico é resultado emancipador, conscientizador dos envolvidos. Esta é uma *práxis* dialógica radical rumo a transformação das realidades e relacionamentos opressores.

Palavras-chave: Paulo Freire, terapia colaborativa dialógica, construcionismo social, prática política.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo presentar una síntesis que articula conceptos del dialogismo de Paulo Freire y las prácticas dialógicas colaborativas de Harlene Anderson. Al largo de este texto, exploro los aspectos de una terapia de los oprimidos: desarrollada con, y no para, generar poder-con y agencia crítica, así como creatividad en la construcción de realidades relacionales liberadoras. Una práctica que investiga rigurosamente el problema, la indignación y el malestar, para desarrollar conocimiento a partir de la experiencia y respuestas situacionalmente coherentes para la sostenibilidad del proceso creativo. Donde el desarrollo dialógico en sí mismo es un resultado emancipador, que conscientiza a los involucrados. Se trata de una praxis dialógica radical para transformar realidades y relaciones opresivas.

Palabras clave: Paulo Freire, terapia colaborativa dialógica, construccinismo social, práctica política.

ABSTRACT: This article aims to present a synthesis articulating concepts of dialogism, by Paulo Freire, and collaborative-dialogic practices, by Harlene Anderson. Throughout the text, I explore the aspects of a therapy of the oppressed: developed with, not for, generating power-with and critical agency, as well as creativity in the construction of relationally liberating realities. A rigorous practice that investigates the problem, indignation and discomfort, to develop knowledge from experience and situationally coherent responses to the sustainability of the creative process. Where the dialogical development itself is an emancipatory result, raising awareness for those involved. This is a radical dialogical praxis toward transforming oppressive realities and relationships.

Keywords: Paulo Freire, collaborative-dialogic therapy, social constructionism, political practice.

Recebido em: 13/08/2024
Aceito em: 25/06/2025

<https://www.doi.org/10.38034/nps.v34i82.810>



Com a publicação do novo livro de Harlene Anderson¹, os praticantes colaborativos dialógicos foram apresentados a novas reflexões acerca da questão do poder em nossas práticas. Embora o entendimento crítico do poder seja inerente a uma prática baseada no não saber, falar de forma clara e objetiva sobre as maneiras pelas quais o praticante pode exercer um poder dominador sobre seus parceiros dialógicos amplia as formas como compreendemos e percebemos nosso exercício de poder.

Na minha prática, tenho me inspirado em Paulo Freire (1987) para refletir sobre o exercício do poder junto ao oprimido: um poder libertador, crítico à dominação cultural presente em uma sociedade individualista. Neste artigo, busco apresentar as conexões possíveis entre as práticas colaborativo-dialógicas e a pedagogia do oprimido de Paulo Freire a partir da experiência com pessoas que recorrem à terapia como recurso de ajuda e que se percebem, ao longo de um processo que se propõe libertador, mais conhecedoras de si mesmas e mais críticas em relação às formas como a sociedade, estruturalmente dominadora, buscou depositar em suas consciências saberes e linguagens alienantes de sua realidade e de suas possibilidades históricas (Freire, 1987).

Um segundo objetivo, ou esperança, é que a leitura deste texto possa provocar uma reflexão crítica e uma conscientização sobre as contradições que podem estar presentes em nossas próprias práticas, nas quais, inadvertidamente, podemos exercer dominação sobre nossos clientes. Isso exigirá coragem para abraçar a incerteza e rejeitar as seguranças que aprisionam (Freire, 1987), abrindo espaço para a criatividade necessária à vivência de uma libertação com o oprimido, mutuamente transformadora e sustentada por uma prática incapaz de gerar opressão, radicalmente dialógica.

Nas próximas páginas, articularei a proposta da pedagogia do oprimido com conceitos das práticas colaborativas-dialógicas e do Construcionismo Social, visando à formulação de um projeto político para uma terapia do oprimido. O percurso será iniciado com os temas do medo da liberdade e da postura de não-saber; em seguida, abordarei o estar com (*withness*) e o poder com; depois, discutirei os conceitos de consciência e conscientização; o opressor em nós e os personagens internos; e, por fim, a dialogicidade libertadora. Como encerramento, será apresentada uma síntese da revisão bibliográfica, propondo os contornos de uma terapia dialógica do oprimido.

CONSCIENTIZAÇÃO E PODER COM

A Pedagogia do Oprimido é construída com ele, e não para ele, na luta pela recuperação de sua humanidade. Faz da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos próprios oprimidos, da qual decorre o engajamento necessário na luta por sua libertação (Freire, 1987). A ação de um educador revolucionário identifica-se com a dos educandos e deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Nossa tarefa é saber com as pessoas, estando a serviço da libertação. Trata-se de uma postura de convivência e simpatia, nunca de imposição ou de mera justaposição. Isso implica comunicar-se em torno de uma realidade comum, sendo presença pública e atenta ao entorno, sua alteridade situacional.

Resistimos à influência exercida por meio do controle dos pensamentos e das ações, que leva ao ajustamento passivo ao mundo e inibe o poder de criar e de atuar. Optamos por abraçar a incerteza como estratégia de fortalecimento diante de mecanismos de controle (Freire, 1980, 1987).

¹ Anderson, H. & Gehart, D. R. (Ed.). (2023). *Collaborative-Dialogic Practice: Relationships and Conversations that make a Difference Across Contexts and Cultures*. Routledge.

A realidade não pode ser transformada senão quando o sujeito descobre que ela é modificável, e que ele próprio pode agir para modificá-la. É preciso, portanto, fazer da conscientização o primeiro objetivo de toda a educação: antes de tudo, provocar uma atitude crítica e reflexiva, comprometida com a ação. Desde o início, nossos esforços devem responder aos dos participantes, comprometendo-se com o pensamento crítico e com a busca mútua por humanização. Esses esforços devem caminhar lado a lado com uma profunda confiança nas pessoas e em seu poder criador (Freire, 1980).

A busca do tornar-se não pode ocorrer no isolamento ou no individualismo, mas sim na comunhão e na solidariedade dos existires. Por isso, ela é inviável nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos. Ninguém pode ser autenticamente se impede que outros também o sejam. Essa é uma exigência radical. O tornar-se buscado por meio do individualismo conduz à lógica do ter mais, egoísta, excludente, que representa, na verdade, uma forma de ser menos, uma desumanização. O tornar-se de alguns não pode servir como obstáculo ao tornar-se dos demais, pois isso os esmaga (Freire, 1987).

A conscientização é, nesse sentido, um teste da realidade. Quanto mais consciência, mais se desvela a realidade; mais se compreende a raiz do seu significado, a partir do qual se pode analisá-la criticamente. Por essa razão, ela não se reduz a uma postura intelectualizada ou distante. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou seja, fora da unidade dialética entre ação e reflexão. Essa unidade constitui, de forma permanente, o modo de ser e de transformar o mundo que nos caracteriza como sujeitos históricos.

A conscientização é também consciência histórica: é inserção crítica na história e implica assumir o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Ela exige que as pessoas criem sua existência a partir do material que a vida lhes oferece. Conscientizar-se é tomar posse da realidade. É reconhecer os mitos que a distorcem e que colaboram para manter a estrutura dominante. E, sobretudo, é alcançar a plena realização do trabalho humano: a transformação permanente da realidade em direção à libertação do povo (Freire, 1980).

O MEDO DA LIBERDADE

Freire (1987) abre seu projeto discutindo a incerteza e o medo da liberdade, um medo do qual muitas vezes não se tem consciência e que nos leva a privilegiar a segurança e o conhecido em detrimento de uma liberdade arriscada. No entanto, um facilitador dialógico comprometido com a libertação das pessoas propõe o exercício rumo à incerteza: abandona os conhecimentos que aprisionam conversas, pessoas e realidades para se inserir na realidade desconhecida do outro, interessado em conhecê-la de forma íntima e respeitosa com o objetivo de melhor participar de sua transformação.

O oprimido tende a absolutizar sua própria ignorância em benefício do opressor e daqueles que, como ele, convertem-se em juízes e mantenedores de todo o saber. Desse modo, a opressão encontra, na lógica dos sistemas de desenvolvimento humano, um instrumento privilegiado para fazer aceitar e prolongar o status quo. Ou seja, sob o pretexto de promover o desenvolvimento e a integração social, esses serviços podem contribuir para aprofundar e legalizar um abismo cada vez mais profundo entre as classes sociais.

Em uma psicologia que compreende os processos humanos como desenvolvimento de identidade e expansão da linguagem, ou mesmo como ampliação do repertório comportamental, podemos perceber que vivemos situação semelhante à da pedagogia.

Os métodos forjados na opressão não podem, sob pena de contradição, servir à libertação (Freire, 1980).

Cabe ao povo a palavra no processo histórico-cultural. A práxis conscientiza as contradições do mundo humano, contradições que, com o tempo, tornam-se insuportáveis à acomodação. Essa é a base do dialogismo como prática de liberdade. Os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com a qual mistificam, massificam e dominam. Aprender a renunciar ao monopólio da palavra e dividi-la é um aprendizado difícil, porém imprescindível.

O praticante dialógico se prepara para conversas corajosas. Ele não teme o desvelamento do mundo, não teme o encontro autêntico com o povo. Não controla o ritmo, o tom ou o conteúdo das falas, muito menos exerce poder sobre as pessoas. Ele não se percebe como libertador do oprimido, mas, com ele, compromete-se e experiencia o desenvolvimento mútuo do saber. Trata-se de um movimento de desapego de uma generosidade que, para se concretizar, necessita da permanência da injustiça, de uma ordem social sustentada no desalento e na miséria (Freire, 1987).

A verdadeira generosidade está em uma prática voltada a garantir que o oprimido não precise suplicar, mas que, juntos, trabalhem para transformar o mundo. “Este ensinamento e este aprendizado têm de partir dos oprimidos e dos que se solidarizam com eles” (Freire, 1987, p. 31). E continua: “o opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser as pessoas concretas, injustiçadas e roubadas” (p. 36).

Quando Freire fala de roubo, ele se refere também ao roubo da palavra dos oprimidos, de sua voz. Isso implica exercitarmos a incerteza e o não-saber como forma de dar lugar à voz, convidar a voz, provocar a voz no povo oprimido. Trata-se de resistir ao treinamento social que recebemos, recusando presentear saberes, fazer depósitos, domesticar, prescrever ou controlar pensamentos e ações. Essas práticas conduzem ao ajustamento ao mundo e inibem o poder criativo das pessoas.

Qualquer situação em que algumas pessoas se veem autorizadas a proibir outras de serem agentes de suas próprias buscas configura uma situação violenta. Fazer de alguém um objeto é aliená-lo de suas decisões, transferindo-as a outros (Freire, 1987). Nossa ação deve, portanto, orientar-se no sentido da humanização de todos os envolvidos, promovendo um pensar autêntico, e não uma entrega de saber. Buscamos o conhecimento dialogicamente com o povo, que é a voz privilegiada na elaboração de um mundo mais justo.

Dialogia freiriana e a postura de não-saber

Na prática colaborativa dialógica, o não-saber refere-se à nossa postura frente aos diferentes conhecimentos e à forma como nos relacionamos com eles, conforme proposto por Anderson (2009, 2023b). Significa encontrar os clientes com interesse genuíno em conhecê-los em suas complexidades, ao nos afastarmos do saber sobre, um saber simplificador e generalizante, para construirmos conhecimento a partir de suas experiências, baseando-nos em seus relatos, compostos por seus conteúdos e não por entendimentos prévios. Envolve aceitar a vulnerabilidade da incerteza inerente a todo novo relacionamento; a intencionalidade aqui é aprender e nos permitir ser transformados pelo conhecimento produzido na relação.

Em sua recente publicação, Anderson (2023b) retoma o conceito de não-saber, alertando-nos sobre os riscos de supor o que a pessoa precisa antes mesmo de termos tempo de qualidade para investigar sua experiência. Proceder dessa forma é

nos privar de informações essenciais e, ainda, arriscar a reprodução de estruturas socialmente construídas que podem não favorecer os envolvidos. Assim, o não-saber configura-se como uma postura ética e política diante da opressão e do domínio de uns sobre os outros.

Para evitar a dominação por parte do praticante dialógico, Strong (2015) nos convida a um compromisso rigoroso com a maneira como compartilhamos nossas curiosidades, julgamentos, esforços e resultados com os envolvidos, ou seja, um rigor na construção conjunta do processo dialógico. Isso significa manter-se local em qualquer afirmação, valorizando o contexto e as vozes presentes como recurso fundamental para a sustentabilidade do diálogo. O desenvolvimento desse rigor ocorre nas colaborações guiadas por um exercício contínuo de formas de seguirmos juntos. Contudo, o autor alerta que o rigor, sozinho, pode paralisar o processo; por isso, ele deve ser equilibrado com imaginação, criatividade e incerteza (Strong, 2015).

Bava (2023) colabora com essa perspectiva ao relacionar a incerteza às práticas de dominação. Ela nos convida a nos inclinarmos ao desconforto da incerteza como um movimento político, resistindo à performance de especialistas como demonstração de superioridade e domínio do saber. A resistência, nesse caso, não é reativa, mas orientada ao relacionamento e à sua transformação a partir do espaço e do processo dialógico. Trata-se, portanto, de uma orientação para a incerteza que nos impulsiona a permanecer em diálogo, a observar, a investigar de vários ângulos e a partir de diferentes aspectos, até que se abram espaços espontâneos de possibilidade para responder ao que nos é provocado, sempre em colaboração com os envolvidos na prática (Bava, 2023).

Freire desenvolve conceitos semelhantes. Convicto de que não podemos ter expectativas de resultados nem traçar caminhos a priori, pois isso significaria desrespeitar a visão de mundo dos envolvidos, ele caracteriza esse gesto como uma forma de invasão cultural (Freire, 1987). Ao invés disso, precisamos investigar com o povo as contradições que vivem, suas situações existenciais e os desafios que exigem respostas no nível da ação. É nesse movimento investigativo que se inaugura o diálogo como prática libertadora: a investigação dos temas geradores. Investigar temas geradores é investigar a linguagem do povo, seu pensar e agir no mundo, sua práxis. Ao descreverem suas realidades, os sujeitos passam a perceber como atuam nas situações investigadas e chegam ao que Freire chama de “percepção da percepção anterior” (Freire, 1987, p. 109). Nesse processo dialógico e dialético, constroem uma nova visão da realidade e desenvolvem novos conhecimentos, aperfeiçoando-se na habilidade investigativa crítica.

Anderson (2009, 2023b) destaca que alcançar segurança em uma prática dialógica requer treinamento na escuta sem julgamento, no entendimento sem preencher lacunas com pré-conhecimentos e na reflexão sobre nosso impulso de editar identidades ou solucionar problemas prematuramente. Em vez disso, devemos incentivar o agenciamento do cliente na experimentação de novas ideias, participando com nossas perguntas, reflexões e sentimentos para expandir a expressão e afirmar sua identidade. Trata-se de promover um espaço de intimidade que convida todos os participantes a se ouvirem sem interrupções, investigando juntos os recursos e desafios rumo aos futuros desejados. O potencial de desenvolvimento de um conhecimento construído em investigação mútua e colaborativa é extraordinário quando nos mantemos coerentes com o saber local das pessoas, sua história e cultura, suspendendo nosso saber profissional em nome da alteridade e da construção sob medida.

Na busca pela voz do oprimido, Freire (1980) localiza seus temas nas situações-limite. No entanto, essas descrições podem estar ocultas, vagas ou inexpressas. Isso exige uma escuta e investigação rigorosa por parte do praticante dialógico. As ações

libertadoras devem emergir do tema gerador e da forma como ele é percebido. A temática precisa ser significativa. Quando um grupo não expressa um tema gerador, o que poderia parecer ausência de temas, isso revela, na verdade, um tema trágico: o silêncio. Um silêncio que resulta de uma estrutura de mutismo diante da força esmagadora das situações-limite.

Procurar um tema gerador é procurar o pensamento do povo sobre a realidade e sua ação sobre ela, expressa em sua práxis, ou seja, na ação-reflexão, ou responsividade reflexiva. À medida que as pessoas adotam uma atitude ativa na exploração de suas temáticas, sua consciência crítica da realidade se aprofunda. Seus desejos, aspirações, sonhos e objetivos não são elementos externos ou estáticos, mas históricos. Portanto, só podem ser compreendidos junto às pessoas que os vivenciam, que os corporificam e à realidade à qual se referem (Freire, 1980).

O não-saber é a nossa porta de entrada para o diálogo com o oprimido e a construção de confiança. Os ataques ao não-saber denunciam o opressor internalizado pela cultura dominante. A confiança no povo é pré-condição indispensável para qualquer mudança verdadeiramente revolucionária. A pressa por respostas ou comportamentos padronizados revela não apenas desinteresse na libertação, mas descrença na capacidade de tornar-se do outro. A tarefa fundamental, nosso compromisso histórico, é superar a situação-limite do ser-para-outro, dominado, e afirmar o tornar-se ser-para-si. Sem isso, as sociedades continuarão imersas na cultura do silêncio que, sendo fruto das estruturas de dependência, as reforça. Há, portanto, uma relação necessária entre dependência e silêncio. Ser silencioso não é não ter palavra, mas seguir as prescrições daqueles que falam e impõem sua voz. Alcançar o estado de ser-para-si representa, para as sociedades subdesenvolvidas, o que Freire chamou de “a possibilidade não experimentada” (Freire, 1980, p. 60).

Em consonância com essa perspectiva, como praticantes colaborativos dialógicos, Lenzi e Costa (2023) evidenciam que o processo de ouvir, perguntar, refletir e construir o tema gerador pode, por si só, ser um momento gerativo para os participantes. Ao sentir, perguntar-se e nomear sua realidade, aspectos da vida são revelados, iniciando a dinâmica da reflexão crítica sobre o modo como se relacionam com tais descrições. No entanto, os participantes podem ter pouca prática na nomeação de suas realidades ou podem se sentir intimidados ao fazê-lo. Nesses casos, os facilitadores do diálogo podem recorrer a seus próprios sentimentos na relação, escutando os silêncios, os gestos, os fragmentos iniciais, para convidar novas palavras, encorajamento e expressão de si (Lenzi & Costa, 2023).

A percepção ingênua da realidade, da qual resultava a postura fatalista, cede lugar a uma percepção reflexiva, capaz de perceber-se. E, porque é capaz de perceber-se ao mesmo tempo em que percebe a realidade que lhe parecia em si inexorável, é capaz de objetivá-la. Por isso mesmo é que, qualquer que seja a situação em que alguns homens proibam aos outros que sejam sujeitos de sua própria busca, instaura-se uma situação violenta. Não importa quais sejam os meios utilizados para essa proibição: fazer dos outros objetos é aliená-los de suas decisões, que passam a ser transferidas a outro ou a outros.

Isso implica que o acercamento às massas populares deva ocorrer não para levar-lhes uma mensagem salvadora, em forma de conteúdo a ser depositado, mas sim para, em diálogo com elas, conhecer não apenas a objetividade em que estão inseridas, mas também a consciência que têm dessa objetividade, os vários níveis de percepção de si mesmas e do mundo em que e com o qual estão (Freire, 1987).

À medida que o povo expressa sua temática, vai percebendo como atuava ao viver a situação analisada, chegando ao que chamamos anteriormente de percepção da percepção anterior. Percebe, então, a realidade de forma diferente e, ao ampliar o

horizonte do perceber, passa a surpreender mais facilmente, na sua visão de fundo, as relações dialéticas entre uma dimensão e outra da realidade.

É precisamente nesses grupos que percebemos o poder conscientizador da escuta de múltiplas realidades e problemas. A conscientização deve ser iniciada desde a investigação temática e não deve parar no mero reconhecimento subjetivo da situação. Pelo contrário, deve preparar as pessoas no plano da ação para a luta contra os obstáculos à sua humanidade (Freire, 1987).

Reforçamos essa conexão com Freire e com o conceito de “ser para si” ao falarmos de espontaneidade, autenticidade e desenvolvimento crítico de si. Fazemos perguntas e utilizamos a imaginação e a atividade relacional para o desenvolvimento de si com o outro, reconhecendo os entornos sociais que são companheiros do processo e aqueles que o desafiam. Procuramos alcançar algo que está próximo de nós, mas que é sutilmente novo ou diferente do que já possuímos, o novo que é inerente à ação-reflexão do diálogo. A conscientização das vontades e das possibilidades de ação, de resposta, é um processo generativo, de contínua busca do ser para si, de práxis libertadora (Lenzi & Costa, 2023).

A partir da filosofia da linguagem de Wittgenstein, entendemos que querer, imaginar, pensar, entre outros, são habilidades desenvolvidas historicamente e relacionalmente. Trata-se de um modo de agir expresso na linguagem. Seu domínio é uma instituição cultural, aprendida no fluxo da vida, espontânea à nossa forma de vida e de interação uns com os outros. Seus critérios são públicos e envolvem o desenvolvimento das capacidades de descrição e de uso da linguagem em direção ao entendimento. Desenvolvidas na e pela linguagem, essas capacidades podem ser transformadas em direção ao ser para si, à libertação (Hebeche, 2003).

A investigação temática das situações-limite, dos temas geradores e das inquietações relacionais envolve a investigação do próprio pensar do povo, um pensar que não se dá fora das pessoas, nem em uma só pessoa, nem no vazio, mas nas e entre as pessoas, sempre em referência à realidade. Não posso pensar pelos outros, nem para os outros, tampouco sem os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem ele, mas com ele, como sujeito de seu pensar. A superação não ocorre no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e transformá-las em ação e comunicação. Somos porque estamos em situação. E seremos tanto mais quanto, além de pensarmos criticamente sobre nossa forma de estar, também atuarmos criticamente sobre a situação em que nos encontramos (Freire, 1987).

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo: as pessoas se educam entre si, mediadas pelo mundo. Uma prática dialógica problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante desvelamento da realidade. Busca-se a emersão das consciências, de modo que resulte sua inserção crítica na realidade. Quem atua sobre as pessoas para, doutrinando-as, adaptá-las cada vez mais a uma realidade que deve permanecer intocada são os dominadores. Não podemos, a não ser de forma ingênua, esperar resultados positivos de um programa, seja educativo, num sentido mais técnico, seja de ação política, se, desrespeitando a particular visão de mundo que o povo tem ou esteja tendo, ele se constituir numa espécie de invasão cultural, ainda que realizada com as melhores intenções. Mas invasão cultural, sempre.

Devemos propor ao povo, por meio da aprendizagem das contradições básicas em suas experiências, sua situação existencial concreta e presente como um problema que o desafia e exige uma resposta não apenas intelectual, mas também no nível da ação. Nunca apenas dissertar sobre ela e jamais oferecer-lhe conteúdos que pouco tenham a ver com seus anseios (Freire, 1987).

Os facilitadores convencidos pela ideologia dominante veem a si mesmos como os promotores do povo. Os programas de sua ação, como qualquer bom teórico da

ação opressora indicaria, envolvem suas próprias finalidades, convicções e anseios. Não há necessidade de ouvir o povo, pois, na lógica desses facilitadores, o povo, incapaz e inculto, precisa ser educado por eles para sair da indolência que provoca o subdesenvolvimento.

De forma análoga, lhes parece absurda a afirmação de que é indispensável ouvir o povo para a organização do conteúdo programático da ação educativa. Isso porque, para eles, a ignorância absoluta do povo não lhe permite outra coisa senão receber os seus ensinamentos.

Mesmo os bem-intencionados, ou seja, aqueles que não utilizam a invasão como ideologia, terminam por descobrir, em suas experiências, que certos fracassos de sua ação não se devem a uma inferioridade natural da pessoa simples do povo, mas à violência de seu invasor. Sentimos, então, a necessidade de renunciar às nossas invasões culturais, de superar a dualidade em que nos encontramos, de dominadores e dominados. Isso significa renunciar a todos os mitos que sustentam a ação invasora e construir uma ação dialógica. Significa, por isso mesmo, deixar de estar sobre ou dentro, como estrangeiros, para estar com, como companheiros.

O medo da liberdade pode, então, instalar-se. E esse medo, nos técnicos que sequer chegaram a fazer a descoberta de sua ação invasora, é ainda maior quando se lhes fala do sentido desumanizante dessa ação (Freire, 1987).

Nas práticas colaborativas dialógicas, evitamos invasões ao buscar as comunidades de inteligibilidade e reconhecê-las como os limites linguísticos que circunscrevem nossa interação. Ultrapassar essa fronteira significa encerrar o diálogo. Como terapeuta, permaneço atento às comunidades, suas tradições, linguagem e cultura, a fim de respeitar seus limites locais e participar da produção de significados a partir da experiência situada. Uma participação não invasiva previne riscos de ações sobre as quais o cliente não possui autoria nem entendimento crítico (Lenzi, 2020).

Oferecemos, ao povo oprimido, uma parceria interessada na enunciação de seu mundo. Convidamo-nos, conjuntamente, a problematizar as circunstâncias que geram inquietações, desconfortos e dores. Desenvolvemos, em comunhão, a coragem de tomar a palavra que nos foi negada, para resistir ao medo, à submissão e à alienação, confiantes na potência criativa das relações dialógicas (Lenzi & Costa, 2023).

A prática colaborativa dialógica é construída com, e não para ou por, as pessoas, gerando um “poder-com” que favorece o agenciamento crítico e criativo na construção de realidades relacionalmente responsáveis. Investiga com rigor os problemas, indignações e desconfortos vividos, produzindo conhecimento desde a experiência e gerando respostas situacionalmente coerentes, sustentáveis e emancipadoras. O próprio processo de construção da resposta já se configura como resultado conscientizador e libertador (Bava, 2023; Costa & Grandesso, 2023; Lenzi & Costa, 2023).

As práticas colaborativas dialógicas, na tradição de Bateson, foram frequentemente criticadas por não conceitualizarem o poder. Essa crítica, porém, revela uma compreensão limitada da noção de poder, historicamente colonizada por visões capacitistas ou centradas na dominação. No campo da terapia sistêmica e de família, isso resultou na cristalização de modelos de poder como “poder para” ou “poder sobre”. Em contraste, as práticas colaborativas propõem o “poder-com”, fundamentado na interconectividade e interdependência, conceito central nessa abordagem (Bava, 2023).

Ao invés de buscar um poder sobre os discursos, o praticante colaborativo dialógico orienta-se para os tipos de mundo que podemos coconstruir por meio de uma ação comunicativa interconectada. Essa orientação se expressa nas conversações com (*witness talk*), chamando atenção ao caráter processual da realidade construída por meio de palavras, gestos, sensações, enunciados e interações. A prática colaborativa, entendida como projeto político, valoriza essas atividades comunicativas por onde

fazemos sentido, em oposição à concepção tradicional de comunicação como simples transferência de informação (Bava, 2023).

Não negamos os efeitos materiais do exercício do poder sobre os outros. Contudo, ao propor uma visão expandida e inclusiva de poder, buscamos fortalecer a resistência às injustiças produzidas por modelos elitistas e dominadores. Essa ampliação se ancora na libertação e na colaboração (Bava, 2023).

Abordar o poder a partir de uma perspectiva discursiva implica democratizar a produção de conhecimento, o que se realiza através da colaboração. Esse compromisso pode ser descrito como uma política da relacionalidade, centrada em conhecimento, linguagem e participação. Com isso, o praticante colaborativo dialógico assume uma postura crítica, reflexiva e participativa, uma forma de ser no mundo. A postura crítica manifesta-se no ceticismo diante das grandes narrativas e se concretiza na atenção à produção do saber situada, escutando com curiosidade e permanecendo enraizado nos contextos dos participantes. Tal forma de ser não impõe nem sugere, mas convida à consciência dos posicionamentos e à percepção do que está sendo cocriado. Isso promove reflexividade: facilitamos processos dialógicos e discursivos ao cultivar o diálogo interno em ressonância com a conversação entre interlocutores. Assim, os praticantes colaborativos dialógicos se engajam ativamente na política e prática da coconstrução, ancorados no conhecimento local, na linguagem viva e na participação crítica (Bava, 2023).

OPRESSOR EM NÓS E PERSONAGENS INTERNOS

É preciso confiar na capacidade do povo de se engajar na luta por sua própria libertação, mas também desconfiar do opressor que nele habita (Freire, 1987). Esse opressor, internalizado no processo histórico de dominação, carrega marcas profundas: preconceitos, desconfiança, e a crença de que o povo não sabe, não pensa, não quer (Freire, 1980). Quando os oprimidos reproduzem os modos de vida dos dominadores, é porque estes vivem neles. A criação de uma nova cultura, mesmo quando necessária, pode ser travada por resíduos culturais interiorizados. Dissolver esses mitos exige trabalho cultural consistente.

Para romper essa adesão ao opressor, o “eu” oprimido precisa distanciar-se criticamente do “tu” opressor e objetivá-lo. Esse movimento exige o reconhecimento da contradição que habita a relação. Embora surja o desejo de abandonar a lógica invasora, os padrões dominadores encontram-se tão enraizados na espontaneidade do oprimido que romper com eles é vivenciado quase como uma morte, a dissolução de um aspecto da identidade. No entanto, o “eu” dialógico compreende que se constitui em relação ao “tu”. Já o “eu” antidialógico, o opressor internalizado, transforma o “tu” em “isso”, desumanizando o outro e convertendo-o em objeto. Por isso, na perspectiva dialógica da ação, não se trata de um sujeito que domina um objeto, mas de sujeitos que se encontram para nomear o mundo e transformá-lo conjuntamente (Freire, 1987).

O processo de libertação requer que o povo descubra as raízes ocultas de suas atitudes diante da realidade cultural e aprenda a enfrentá-la de forma crítica e criativa. O conhecimento, nesse contexto, nasce da análise das relações histórico-culturais que moldam a existência. Toda concessão ingênua aos métodos do opressor enfraquece o projeto dialógico. Por isso, é necessário um alto nível de compromisso crítico tanto dos facilitadores quanto dos participantes (Freire, 1980).

Nas práticas colaborativas dialógicas, o conceito de personagens internos remete aos roteiros sócio-históricos que nos constituem. As experiências relacionais significativas que vivemos moldam itinerários pelos quais passamos a compreender e responder

ao outro. Em nossos diálogos, muitas vezes recorremos a essas rotas internalizadas, ativando modos de ser e estar que fazem sentido dentro da relação situada. Assim, respondemos a interações atuais com padrões que remetem a outras experiências vividas, produzindo uma responsividade espontânea (Lenzi, 2020).

Ao investigarmos os personagens internos de nossos interlocutores, podemos ampliar a compreensão das múltiplas formas de responder disponíveis a cada pessoa. Contrastamos linguagens oriundas de diferentes personagens internos com alternativas possíveis, promovendo consciência sobre quais vozes internas restringem ou expandem as ações. A partir dessa escuta-reflexão, é possível praticar uma pronúncia mais ética, criativa e responsável no mundo (Lenzi, 2013).

Com isso, pretendemos fortalecer relações baseadas em um novo olhar para nossas respostas: que o povo deixe de se submeter aos personagens internos desejosos, impulsivos e restritivos e que, juntos, possamos construir sentidos marcados pelo reconhecimento da singularidade e do respeito à alteridade. Somos capazes de ultrapassar os limites impostos por jogos de linguagem e formas de vida estabelecidas porque nossas habilidades de diálogo, escuta e transformação são desenvolvimentos relacionais e, como tal, podem ser reinventadas (Lenzi, 2013).

DIALOGICIDADE LIBERTADORA

O terapeuta comprometido com a libertação das pessoas não se permite ficar aprisionado em círculos de segurança, os quais acabam por encarcerar também a realidade. Quanto mais ele se insere profundamente nessa realidade, conhecendo-a de forma íntima, melhor pode participar de sua transformação. Daí advém a exigência pelo radicalismo, tanto para o opressor que se reconhece como tal, quanto para os oprimidos que, ao reconhecerem a contradição do opressor, desvelam o mundo da opressão e percebem os mitos que a sustentam, caminhando em direção à necessária e radical transformação da situação concreta que gera a opressão. Essa exigência radical, pela transformação objetiva da situação opressora, combate um imobilismo de caráter subjetivista, que corrompe a consciência da opressão, convertendo-a em uma espera paciente, como se a opressão pudesse desaparecer por si mesma (Freire, 1987).

Uma antropologia que se pretende a serviço da libertação é consciente de que a dominação se utiliza da ciência oficial e, frequentemente, de uma ciência supostamente neutra para impor sua vontade (Freire, 1980). O dominador fala da realidade como se esta fosse imutável, estática, compartimentada e previsível; ou, então, trata de temas alheios à experiência existencial dos sujeitos. Neste caso, sua tarefa é preencher os sujeitos com o conteúdo da narração, um conteúdo estranho à sua realidade, separado da totalidade que o gerou e que poderia dar-lhe sentido. Assim, a interação passa a ser um ato de depósito no qual os oprimidos são os receptáculos e, o dominador, aquele que deposita. Em vez de comunicar, o dominador emite comunicados que os oprimidos recebem passivamente, aprendem e repetem. Essa é a concepção bancária do desenvolvimento. O sujeito dialógico não pode sequer presentear com seu conhecimento; ele deve buscá-lo conjuntamente, em diálogo com o povo, participando de sua elaboração. Elites dominadoras não pensam junto com as massas pois estas são seu contrário antagônico. Pensar com elas significaria a superação dessas elites, o que implicaria abdicar do domínio. Precisamos problematizar com os oprimidos, adotar uma postura cética diante das explicações depositadas e buscar descrições ancoradas nos contextos locais (Freire, 1980).

Strong (2015) parece concordar com o ceticismo de Freire e propõe como recurso o conceito de rigor, o qual envolve o reconhecimento de que a ecologia social exerce

papel na motivação da investigação que realizamos e é, ao mesmo tempo, afetada por seus resultados. Trata-se de um elemento essencialmente social e cultural. Um componente central no pensamento construcionista: a ideia de que as realidades socialmente compartilhadas são também socialmente negociadas. Esse posicionamento se diferencia de forma contundente do uso frequente que os objetivistas fazem de sua ciência para obter vantagem na política de dominação.

Nossa ação política se expressa por meio da conscientização acerca dos processos socioculturais como construções interpretadas por nossa participação ativa. Resistimos ao privilégio da teoria ao adotarmos uma postura reflexiva, práxis, e ao mantermos uma curiosidade constante sobre as formas pelas quais os participantes constroem conhecimento. Valorizamos vozes contextualizadas localmente como estratégia de resistência ao papel que as teorias desempenham na manutenção das hierarquias de privilégio, seja na academia, seja na prática profissional. A noção de que o conhecimento pode ser um instrumento de colonização frequentemente causa choque pois gostamos de acreditar em uma ideia de jogo justo. Ainda assim, falhamos ao perceber que a atividade de teorizar, como prática acadêmica, é frequentemente privilegiada em relação à prática concreta (Bava, 2023).

Na prática colaborativa dialógica, já se afirmou que “nada é feito” (Bava, 2023) e, sem reflexividade crítica, isso pode, de fato, ser verdade. A mudança, aqui, ocorre ao recusarmos a dicotomia entre objetividade e subjetividade. A realidade social, objetiva, não existe por acaso, mas como produto da ação humana; da mesma maneira, não se transforma por acaso. Se as pessoas são produtoras dessa realidade e se a realidade, numa inversão da práxis, volta-se contra elas e as condiciona, então transformar a realidade opressora torna-se uma tarefa histórica dos sujeitos. O essencial é que a luta dos oprimidos seja conduzida com o objetivo de superar a contradição em que se encontram (Freire, 1987).

O diálogo crítico libertador possui duas dimensões indissociáveis: ação e reflexão, em interação radical. Os sujeitos constroem o mundo pela palavra, pelo trabalho, pela ação-reflexão. No entanto, dizer a palavra, que é trabalho, que é práxis, que é transformar o mundo, não pode ser privilégio de alguns, mas direito de todos. Por isso, ninguém pode dizer a palavra sozinho, tampouco dizê-la aos outros como um ato prescritivo que rouba a palavra dos demais. Nem para, nem por, a palavra precisa ser dita com. A conquista implícita no diálogo é a conquista do mundo pelos sujeitos dialógicos (Freire, 1987).

O diálogo deve necessariamente unir agentes conscientes e responsáveis, e não pode coexistir com relações de dominação, trata-se de um compromisso com o povo. Como ato de liberdade, não pode ser usado como pretexto para manipulação, mas deve ser gerador de outros atos de liberdade. Não há diálogo sem humildade. A pronúncia do mundo, com a qual os humanos o recriam permanentemente, não pode ser arrogante. O diálogo, como encontro entre pessoas que compartilham a tarefa de aprender e agir, rompe-se se qualquer uma das partes carece de humildade (Freire, 1987).

Anderson (2009) traz palavras semelhantes ao entendimento de humildade na prática colaborativa dialógica, descrevendo-a como um exercício do ser terapeuta. Significa encontrar o cliente (e, para além do contexto profissional, qualquer parceiro conversacional) e ter interesse em conhecê-lo em sua complexidade. Sua experiência é infinitamente mais rica do que qualquer teoria pode explicar. Antes de priorizar a pressa em entender, buscamos investir tempo de qualidade em aprender com o outro sobre sua experiência. Nós nos colocamos em uma posição de aprendiz, que pergunta para conhecer seu parceiro de diálogo; este, por sua vez, esclarece e complexifica seu conhecimento para pronunciar-lo ao dialógico, dessa forma transformando-o. Esse movimento envolve reconhecer nosso não saber sobre quem se apresenta para nós.

Envolve aceitar a vulnerabilidade de perguntar para sermos informados. A intencionalidade, aqui, é aprender e deixar o relacionamento se desenvolver.

É perigoso nos esquecermos do objetivo fundamental, que é, com o povo, lutar pela recuperação da humanidade roubada. Ao revolucionário dialógico, cabe libertar e libertar-se com o povo, não conquistá-lo. Nosso papel não é confrontar o povo sobre a nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele desde a sua realidade e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo em que se constitui. Através de sua ação sobre o mundo, as pessoas criam o domínio da cultura e da história; são seres da práxis, que é reflexão e ação verdadeiramente transformadora, que aceita a realidade material para poder superá-la. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nas pessoas. É práxis que implica a ação e a reflexão das pessoas sobre o mundo para transformá-lo, sendo fonte de conhecimento reflexivo e criação (Costa & Grandesso, 2023; Freire, 1987).

O antidualógico se impõe ao oprimido na situação objetiva de opressão para, através da conquista, oprimir mais, não só economicamente, mas culturalmente também, roubando do oprimido conquistado suas palavras, sua cultura. A conquista crescente do oprimido pelo opressor aparece, pois, como um traço marcante da ação antidualógica. Por isso, sendo ação libertadora dialógica em si, não pode o diálogo ser um a posteriori seu, mas sim um concomitante dela. Como as pessoas estão sempre libertando-se, o diálogo se torna um permanente da ação libertadora (Freire, 1987).

A manipulação, na teoria da ação antidualógica, tal como a conquista a que serve, tem de anestesiar as massas populares para que não pensem. Dessa forma, na medida em que ambos terapeuta e povo se vão criticando, vai a revolução dialógica defendendo-se mais facilmente dos riscos que implicam novas formas de opressão e de invasão cultural. Para haver desenvolvimento é necessário: 1. que haja um movimento de busca, de criatividade; que tenha, no ser mesmo que o faz, seu ponto de decisão, uma inquietação geradora de movimento; e 2. que esse movimento se dê não só no espaço, mas no tempo próprio do ser, do qual tenha consciência (Freire, 1987). Os oprimidos só começam a desenvolver-se quando, superando a contradição em que se acham, tornam-se seres para si. O diálogo não impõe, não maneja, não domestica, não *sloganiza*. Os que trabalham com a libertação não devem aproveitar-se da dependência emocional dos oprimidos. Utilizar sua dependência para aumentá-la é a tática do opressor. Problematicar, porém, não é *sloganizar*, é exercer uma análise crítica sobre a realidade do problema (Freire, 1980, 1987).

Há necessidade de um conhecimento tanto quanto possível cada vez mais crítico do momento histórico em que se dá a ação, da visão de mundo que tenham ou estejam tendo as massas populares, da percepção clara de qual seja a contradição principal e o principal aspecto da contradição que vive a sociedade, para se determinar o que e o como do testemunho, por um dialógico que é dialético. O testemunho, na teoria dialógica da ação, é uma das conotações principais do caráter cultural e pedagógico da revolução. Entre os elementos constitutivos do testemunho, que não variam historicamente, estão a coerência entre a palavra e o ato de quem testemunha; a ousadia que leva a enfrentar a existência, não só de quem testemunha, mas daqueles que escutam o testemunho, cada vez mais à ação; a valentia de amar que, segundo pensamos, já ficou claro que não significa acomodação ao mundo injusto, mas transformação deste mundo para a crescente libertação das pessoas. A crença nas massas populares, uma vez que é a elas que o testemunho se dá, ainda que o testemunho a elas, dentro da totalidade em que estão em relação dialética com a elite dominadora afete também a esta, que a ela respondem dentro do quadro normal de sua forma

de atuar. Enquanto na ação antidialógica a manipulação facilita sua dominação, na ação dialógica o testemunho, ousado e amoroso, serve à organização (Freire, 1987).

Em nossas práticas comunitárias, a influência de Freire e do testemunho são ainda mais claras. Acreditamos que, ao ouvirmos o compartilhar de histórias que são evocadas pela escuta dos temas geradores levantados, que carregam aprendizagens vividas em primeira pessoa, podemos inspirar a criatividade para uma ação-reflexão transformadora, não só da pessoa que está pedindo ajuda, mas de toda a comunidade que vive a opressão social, da qual partilhamos conexões a nível cultural. Este é o nosso objetivo: compartilhar reflexões para inspirar novas respostas. Nós nos comprometemos a evitar sugestões, sob risco de colonização, invasão cultural ou domínio por parte de outros participantes. Como facilitadores dialógicos, nossa participação visa sustentar o diálogo. Isso se dá pelo incentivo às pessoas falarem de si e de seus recursos, contextualizando suas circunstâncias materiais e historicidade, destacando o tema gerador, a inquietação ou desconforto que iniciou a busca que culmina nesse testemunho. Suplementar aprendizagem e superação oportuniza a expansão do próprio entendimento do participante, o qual, através da troca de testemunhos, gera conscientização das múltiplas realidades, objetiva seus contextos e problematiza suas responsabilidades (Lenzi & Demarco, 2022).

Diálogo é o caminho e a busca do praticante colaborativo dialógico. Como conceito, Anderson (2023a) afirma que ele requer um posicionamento inovador, que nos dê a liberdade para interagir e responder de forma singular com o interlocutor de modo coerente com a pessoa e a situação. Essa perspectiva nos convida a pensar criticamente as formas de estarmos com as pessoas que potencializam a oportunidade de generatividade, a inovação no pensar e no agir, na ação-reflexão. Como seres humanos, estamos continuamente procurando significância e compreensão, por formas de continuar nossas vidas, em uma busca por realizar nossos futuros, em uma busca de ser mais e ser para si.

O contexto é um importante participante do diálogo. Isso inclui o contexto histórico, cultural e relacional. E, por estarem em constante mudança, o diálogo deve ser sempre espontâneo à situação, emergente da situação. Não pode ser orquestrado ou gerenciado, e sua espontaneidade pode nos levar a lugares surpreendentes. Portanto, precisamos estar abertos para onde o diálogo nos leva, para fazê-lo sustentável. Por ser emergente, tem a capacidade de ser mantido mesmo após a interrupção da troca entre interlocutores para ser retomado entre outros participantes. É “como uma força que estimula mudança, transformação e progresso” (Anderson, 2023a, p. 12). Dessa forma, o processo pode ajudar as pessoas a se adaptarem e responderem de forma diferente a futuras circunstâncias.

A qualidade da relação entre os participantes é crítica no processo de construção de conhecimento. Podemos entender essa qualidade como um sentimento de conexão e confiança. Enquanto falamos, estamos convidando o outro a falar, a responder, para podermos ouvi-lo. Essa é a oportunidade do diálogo: falar e ouvir a si e ao outro, sem interrupção ou julgamento, de uma forma possivelmente nunca experienciada antes. Continuamos a generatividade dialógica através de nossas perguntas curiosas, que convidam a repensar, a refletir sobre o processo, que é parte de um pensar-agir, ação-reflexão, inovador. No processo de aprendermos sobre o locutor, este pode refletir e esclarecer sua descrição, uma expansão de si, integral ao processo transformativo do diálogo. Queremos, com isso, criar um sentimento de comunhão, de participação, contribuição e responsabilidade compartilhada (Anderson, 2023a).

Algumas ações não convidam ao diálogo, ou podem ser entendidas como anti-dialógicas. São, por exemplo, tentar persuadir à concordância, guiar ou influenciar os participantes em direção a uma opinião ou solução que não os incluiu em seu

desenvolvimento. Participar de forma a confirmar nossas hipóteses individuais, ou de forma a conseguir respostas que queremos ouvir. Basear nossa participação na relação em uma figura pré-concebida (Anderson, 2023a).

Anderson (2023a) responde por que o diálogo é tão importante na nossa era. Argumenta que, pelas rápidas mudanças no mundo, pelas migrações, pelo colapso de fronteiras e pelo fato de costumes, tradições e artefatos culturais serem rapidamente alterados ou destruídos, nossas crenças e ideias que sustentam nossas identidades parecem estar em risco. Porque, com diálogo, podemos ajudar as pessoas a abordar situações difíceis e seu futuro desejado em direção a uma mudança nas suas circunstâncias imediatas e suas realidades relacionais, na crença de que cada um de nós pode ser um agente de mudança. O diálogo “nos permite ser humano com outro ser humano” (p. 17).

PRÁXIS DIALÓGICA

O processo de terapia do oprimido que desenvolvo difere, porém é tão complexo quanto a pedagogia pois não tem o fim da alfabetização, por exemplo. O fim e o processo são a conscientização crítica, libertadora, do oprimido. O fim e o processo são o diálogo. As perguntas conversacionais podem ser entendidas como a sutileza que destaca o aspecto conscientizador da prática. Ouço as respostas sem interromper, pois acredito que a interrupção é uma edição da identidade do sujeito pelo facilitador e comunica um poder avaliativo do segundo, que busco afastar ao assumir uma posição de confiança na expressão e na escuta de si pelo interlocutor. Frequentemente, este se surpreende com sua própria expressão, impressiona-se com seu conhecimento ao conscientizar-se. Assim, desenvolvemos uma relação colaborativa e dialógica, não intervencionista. Estou comprometido em colaborar com a conscientização dos meus parceiros conversacionais, desde suas realidades relacionais, principalmente motivado pela crítica a práticas alienadoras do agenciamento das pessoas sobre sua criatividade para atividades transformadoras ou revolucionárias. Uma investigação com não-saber é problematizadora, uma investigação crítica da realidade do problema em que estamos interessados em aprender, desde a realidade vivida enquanto a desvelamos, enquanto emergem as consciências, resultantes de uma investigação rigorosa dos temas geradores vividos na realidade local. Então, em diálogo com o povo, conhecemos não só a realidade em que se encontram, mas a consciência que têm desta realidade, as percepções e aspectos de como veem a si mesmos e ao mundo em que e com que estão.

Construo perguntas que buscam entender as dinâmicas relacionais, tanto históricas, que compõem o *self* do entrevistado, quanto situacionais, das quais emergem os temas geradores, as situações-limite que desafiam as possibilidades de ser e de tornar-se das pessoas. Perguntas que remetem ao passado, ao presente e ao futuro convidam à construção de saberes complexos, desafiam a imaginação dos envolvidos, sua capacidade historicamente fundamentada de antecipar interações a partir de respostas disponíveis em seu repertório cultural. Por vezes, suas respostas facilitam uma visão panorâmica do tema gerador e seus aspectos e sutilezas para além do momento em que a experiência se caracteriza como problema. Sinto como importante que as perguntas possam iniciar um processo de reflexão, o qual passa por uma definição inicial das percepções dos clientes acerca do que estão vivenciando. Entretanto, a definição em demasia pode fechar a reflexão para a visão do aspecto; dessa forma, busco participar com perguntas que desafiam o saber comum e convidam à expressão de aspectos menos espontâneos na linguagem do interlocutor, interagindo com conceitos ainda

vagos no entendimento do locutor. Essas margens do saber desafiam a criatividade no exercício de expandir suas possibilidades descritivas. Trabalhar com a vagueza conceitual é estar no limite do conhecido, convidando o ainda não dito, um passo em direção ao desenvolvimento, ao tornar-se.

As práticas colaborativas dialógicas entendem a polivocalidade, logo, estão acontecendo sempre com grupos, às vezes com os participantes presentes em corpo, outras, apenas com participantes imaginados ou corporificados na linguagem e no *self* de um único interlocutor. Há um potencial conscientizador ao convidar ao diálogo esta multiplicidade de vozes a escutarem-se a si mesmas e às demais, com semelhanças e diferenças, experimentando na descrição dos seus cotidianos e sendo convidadas ao exercício de ser com o outro. Estas também carregam o opressor interno, quando temos a oportunidade de sermos testemunhas de um anunciado dominador de si ou de outro, para um convite à sua problematização e libertação com o povo. Desde constrangimentos morais até expressões inflamadas de dominação, podemos tensionar com a postura dialógica crítica e libertadora para dar voz aos silenciados, gerar expressão plena a partir da comunhão de vozes e gerar poder-com. É facilitar um espaço de ser para si e libertador de todos, enquanto curiosos pelo processo histórico de uma expressão opressora aprendida. Um exemplo frequente acontece em grupos com homens, quando uma fala machista pode ser problematizada e investigada no diálogo. O que podemos ver na prática é o fortalecimento das vozes silenciadas e o constrangimento, se não libertação, da voz dominadora. Ao experimentarem o poder-com, as pessoas vivenciam a significação no diálogo enquanto praticam, em um contexto protegido e mediado, as respostas criativas que podem exercitar nas suas vidas para voltar à reflexão avaliadora nos próximos atendimentos, em um processo de responsividade reflexiva de ação-reflexão.

CONCLUSÃO

Os encontros entre os conceitos que norteiam minha prática e o projeto pedagógico de Freire são muitos, muito mais do que este artigo poderia abarcar, mas o sentimento de compromisso com o povo oprimido que encontro no meu contexto de desenvolvimento comunitário inspira uma síntese possível daquilo que está em um constante tornar-se. Desde a incerteza, o não-saber e o fazer com os clientes, passando por reflexividade crítica e dialogicidade radical, já faziam parte da linguagem que tenho desenvolvido na minha vida. O que esse brasileiro, que inspirou o mundo com sua obra, convida em mim é a revolução, a construção de um novo mundo através dessas relações. Deixo para o passado o conformismo e a aceitação das situações opressoras para me tornar um companheiro da luta e do trabalho pela transformação das realidades sociais nas quais o povo, que busca terapia como recurso de ajuda, vive.

REFERÊNCIAS

- Anderson, H. (2009). *Conversação, linguagem e possibilidades: um enfoque pós moderno da terapia*. Roca.
- Anderson, H. (2023a). Conceptual Framework: Emerging Orienting Sensitivities for Relationships and Conversations that Invite Transformation and Possibility. In: Anderson, H. & Gehart, D. R. (Ed.). *Collaborative-Dialogic Practice: Relationships and Conversations that make a Difference Across Contexts and Cultures* Routledge. P.3-18.

- Anderson, H.** (2023b). *Expressions of the Philosophical Stance: Creating a Relational and Dialogic Space and Process for Generativity*. In: Anderson, H. & Gehart, D. R. (Ed.). *Collaborative-Dialogic Practice: Relationships and Conversations that make a Difference Across Contexts and Cultures* Routledge. P.19-35.
- Bava, S.** (2023). A relationally Responsive World: The Politics of Collaborative Dialogic Practices. In: Anderson, H. & Gehart, D. R. (Ed.). *Collaborative-Dialogic Practice: Relationships and Conversations that make a Difference Across Contexts and Cultures* Routledge. P.37-53.
- Costa, M. F. T. da, & Grandesso, M.** (2023). Cuidando do ‘Povo do Pão’: promovendo colaboração e diálogo entre participantes de um projeto social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 32 (77), p.23-37.
- Freire, P.** (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação*. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. Moraes.
- Freire, P.** (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hebeche, L.** (2003). O conceito de imaginação em Wittgenstein. *Natureza Humana*, 5 (2), p.395-421.
- Lenzi, B.** (2020). Responsividade Reflexiva: um conceito para meios criativos de transformação em práticas colaborativas-dialógicas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29 (66), p.22-35. Disponível em: <<https://doi.org/10.38034/nps.v29i66.503>>.
- Lenzi, B., & Costa, E.** (2023). Terapia de sessão única: terapia colaborativa e encontros pontuais. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 32 (77), p.38-53.
- Lenzi, B., & Demarco, B.** (2022). Terapia colaborativa da comunidade: diálogo transformador com grupos em espaço virtual. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 31 (73), p.41-56. Disponível em: <<https://doi.org/10.38034/nps.v31i73.650>>.
- Lenzi, T. P.** (2013). Personagens internos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 47, p.86-98.
- Strong, T.** (2015). Colaboração, generatividade, rigor e imaginação: quatro palavras para focar e estimular nossas investigações orientadas pela prática. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n.51, p.102-116.

BRUNO LENZI

Psicólogo. Terapeuta colaborativo dialógico. Taos international associates council.
Supervisor e conselho da Associação Instituto Movimento - Assim.
E-mail: brunoplenzi@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1024-4004>